

POLÍTICAS CURRICULARES E PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS: UM OLHAR A PARTIR DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO PARAIBANO

Rita de Cassia Cavalcanti Porto¹
Ana Luisa Nogueira de Amorim²
Iara Nogueira de Sousa³

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as políticas educacionais e curriculares nos informam que as políticas por si só não definem os PPP's das escolas, no entanto, sem elas as escolas não fundamentam os seus projetos. De acordo com Ball (2001), existem vários contextos que fazem parte do que ele chamou de "ciclo de políticas" os quais ele denomina de: "contexto de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados/efeitos e de estratégia política". Esses contextos influenciam na dinâmica das escolas, no entanto, ainda são despercebidas por muitos profissionais da educação.

Sabemos que as escolas não são passíveis apenas dessas políticas, uma vez que elas mobilizam e organizam a sua comunidade para a construção e implementação dos PPP's. Nesse sentido, nossos estudos têm buscado a unidade teoria-prática, numa perspectiva dialética, para investigar como os profissionais da educação percebem a influência dessas políticas internacionais, nacionais, regionais e locais na construção dos PPP's.

Assim, a temática **Políticas Curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos das Redes Estadual e Municipal de Ensino da Paraíba** é objeto de nossas pesquisas que vem sendo desenvolvidas desde 2009 por duas professoras e uma bolsista pertencente ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As pesquisas tiveram aprovação e financiamento junto ao Programa de Licenciatura da UFPB (PROLICEN/ UFPB) e tem contado com a parceria com professores, gestores e técnicos da Rede Estadual e da Rede Municipal de ensino do Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento da pesquisa, estabelecemos parceria com a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC-JP) do município de João Pessoa e com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC-PB) para compreendermos como se dá o processo de discussão, construção e entendimento das Políticas Curriculares que orientam a concepção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) e como são ressignificadas essas políticas na implementação dos projetos das escolas.

Durante o processo, temos percebido que a troca de saberes entre a Universidade e os protagonistas da escola básica tem contribuído significativamente para o aprofundamento de estudos e pesquisas na área de currículo e para o debate no interior do nosso grupo de pesquisa. Freire (1991,p.81-82) reforça essa nossa compreensão ao afirmar que "[...] a aproximação da universidade com a escola permite que a própria universidade se aproprie de um conhecimento da realidade que a fará repensar o seu ensino e a sua pesquisa". Para nós, essa aproximação tem sido vivenciada através da parceria com as Redes Municipal e Estadual de Ensino na Paraíba, proporcionadas pelo desenvolvimento do projeto.

¹ Professora Doutora do DHP/CE/UFPB, área de Política Educacional, linha de pesquisa no PPGE Políticas Educacionais e grupo de pesquisa GEPPC. Vice-presidente da ANFOPE (2008-2012).

² Professora Doutora do DHP/CE/UFPB, área de Política Educacional. Grupo de pesquisa GEPPC.

³ Graduada em Pedagogia pela UFPB.

Nesse sentido, os integrantes do projeto procuraram dialogar com os profissionais da educação na perspectiva de compreender as políticas que influenciaram a construção dos projetos político-pedagógicos e observaram como se deu a sua implementação na escola.

Assim, em 2009 e 2010 desenvolvemos o projeto Políticas Curriculares e Projetos Político-Pedagógicos das Redes Estadual e Municipal de Ensino da Paraíba. Os sujeitos da pesquisa foram os profissionais do quadro permanente da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba; profissionais da Secretaria Municipal de Educação; estudantes do curso Pedagogia - Licenciatura (UFPB Campus I) e equipe de Regência Curricular da SEC-PB e do Centro de Capacitação de Professores (CECAPRO).

Com o objetivo de acompanhar as políticas curriculares e observar como as escolas encaminham a construção e a implementação de seus Projetos Político-Pedagógicos, nos fundamentamos nos estudos de Ball (2001), De Rossi (2005), Apple (2000, 2008), Veiga (2002, 2003), Porto (2007), Freire (1991), Santiago (2009), dentre outros, e analisamos alguns documentos oficiais nacionais, estaduais e municipais a respeito da temática.

A metodologia utilizada foi baseada na pesquisa qualitativa dialética no movimento de ação-reflexão-ação. Ou seja, à medida que estudávamos a temática, observávamos como as escolas vivenciavam o seu PPP e reformulávamos nossas práticas. E nesse sentido, realizamos as seguintes ações: Ciclo de Estudo, Mesas Redondas e participações em eventos.

Os Ciclos de Estudo – referentes à temática “Políticas Curriculares e Projetos Pedagógicos” – foram realizados com professores e estudantes dos cursos de licenciatura (cursando a disciplina Currículo e Trabalho Pedagógico) e com os bolsistas do PROLICEN. As leituras realizadas no espaço do Centro de Educação tiveram o objetivo de oferecer fundamentos e suporte para o levantamento e a análise dos dados colhidos durante a pesquisa e, também, para o próprio entendimento da dinâmica presente na relação entre as Políticas Curriculares e os PPP’s das escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino da Paraíba.

Nas atividades das Mesas Redondas, contamos com a presença de representantes das Secretarias de Educação do Estado e do município, constituindo-se, assim, espaços para socialização das Políticas Curriculares e oportunidade para os representantes das escolas colocarem as dificuldades e facilidades na construção e implementação de seus Projetos Político- Pedagógicos.

Os membros do projeto também participaram de eventos que organizamos em conjunto com o GEPPC e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Alguns eventos foram realizados no Centro de Educação da UFPB e tiveram caráter estadual, a exemplo do Seminário “As Políticas Curriculares e a Formação do Pedagogo” e o VIII e IX Encontro Estadual da ANFOPE – PB, outro teve caráter internacional como foi o caso do IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares.

Para a realização da pesquisa e como instrumento de análise dos dados, consideramos os contextos de influência, advindos dos resultados dos eventos, e o da produção de textos, selecionados a partir dos estudos dos documentos oficiais a respeito de currículo e projeto político-pedagógico e da produção teórica contemporânea sobre currículo; associados às rodas de conversas com Gerências da SEC-PB (Gerência de Recursos Humanos, Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos, Gerência de Educação e Cultura, Gerência Executiva do Ensino Médio e Educação Profissional), gestores, supervisores/orientadores, professores das escolas estaduais e do CECAPRO, considerando, ainda, a ação dos profissionais em transformar o texto escrito em ação.

Preocupadas em transformar a palavra escrita em ações, buscamos em Ball, em entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009, p. 305), o sentido de transformar os textos escritos em práticas. Para ele:

o processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades... textual e prática [...] a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer.

O nosso foco foi acompanhar, no mesmo ano (2009), as Redes Municipal e Estadual na construção e na implementação de seus projetos político- pedagógicos tomando por base as recentes mudanças no campo das políticas curriculares. No entanto, diante das dificuldades políticas na mudança de Governo Estadual, optamos por desmembrar o projeto em duas etapas. Assim, no ano de 2009 desenvolvemos a pesquisa com a rede municipal e em 2010 com a rede estadual.

A realização da pesquisa no município ocorreu da seguinte forma: iniciamos com visita a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC-JP) para levantamentos dos dados.

A Rede Municipal tem um universo de 96 escolas distribuídas em 9 Pólos. Para essa pesquisa, selecionamos 10 escolas que estavam elaborando os PPP's, sob a orientação da coordenação do CECAPRO. As escolas selecionadas foram: José Américo de Almeida (José Américo); Carlos Neves da Franca (José Américo); João Gadelha (Mangabeira); David Trindade (Mangabeira); Almirante Barroso (Cruz das Armas); Renato Lima (Cruz das Armas); Apolônio Miranda (Cruz das Armas); Leonel Brizola (Torre) e Nazinha Barbosa (Manaíra). Vale registrar que não conseguimos realizar as entrevistas em 2 das escolas por incompatibilidade de calendário dos participantes das escolas e bolsistas do projeto.

Durante as visitas realizadas pelas bolsistas no CECAPRO, tomamos conhecimento da existência de uma Cartilha que orienta a construção dos PPP's das escolas municipais de João Pessoa. Para essa orientação, a SEDEC, através da Diretoria de Gestão Curricular (DGC), desenvolveu um projeto nas escolas municipais, cuja produção foi organizada nesta Cartilha com o objetivo de dar suporte na elaboração dos PPP's das escolas. A referida Cartilha trata de três eixos de suma importância para o entendimento do PPP da escola. São eles:

- Projeto Político-Pedagógico: dimensões conceitual, metodológica e base legal (conceitos e importância do PPP, forma de organização, leis Resoluções e Pareceres).
- Projeto Político-Pedagógico e Plano de Desenvolvimento da Escola – (Trata das semelhanças e diferenças entre PPP e PDE e suas influências na escola).
- Orientações para a construção e sistematização do Projeto Político-Pedagógico (Procura dar ênfase a participação democrática dentro do projeto).

A Cartilha traz pontos importantes no que diz respeito à construção dos PPP's e dentre eles, uma parte fala justamente da importância de se levar em consideração as políticas curriculares nacionais e locais, que é chamada de Base Legal. De acordo com a Cartilha, o PPP é um documento que detalha tanto os objetivos quanto as diretrizes e as ações do processo educativo, além de expressar as exigências, orientações e determinações legais do sistema educacional, afirmando, ainda, que “para atender a essas determinações, é indispensável que cada instituição se fundamente no aporte legal orientador da Educação Básica” (JOÃO PESSOA/SEDEC, 2009, p.14).

Embora a Cartilha tenha se tornado um guia para as escolas, destacamos a importância de estudá-la em conjunto com a LDB 9394/96, as DCN's e a Resolução Municipal nº 02/2000 que estabelece as Diretrizes para a elaboração do Projeto Pedagógico e do Regimento das Escolas Públicas do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, no sentido de articular as políticas nacionais com as políticas locais e as políticas e práticas curriculares das escolas.

Na realização da pesquisa junto às escolas estaduais, levantamos que, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica – 2009⁴, a Rede Estadual é composta por 1.038 estabelecimentos de ensino, distribuídos nas 12 Gerências Regionais de Educação – GREC's. Para o nosso estudo, selecionamos 04 (quatro) escolas estaduais localizadas no município de João Pessoa, com o objetivo de conhecermos o processo de construção dos projetos políticos pedagógicos e a conexão desses projetos com as políticas curriculares. As escolas estaduais selecionadas foram: Escola 1 - Instituto de Educação da Paraíba (IEP); Escola 2 – Lyceu Paraibano; Escola 3 – Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha; Escola 4 – Professora Argentina Pereira Gomes.

Foi propósito da pesquisa, conhecer e analisar os PPP's das escolas selecionadas, no entanto, tivemos dificuldades em ter acesso aos Documentos produzidos, uma vez que os gestores não disponibilizaram a sua leitura para os pesquisadores, justificando que o Documento estava defasado em relação as atuais políticas que demandavam modificação e atualização no PPP das escolas.

De acordo com as Resoluções nacionais (Resolução CNE nº 5/2009; nº 1/2010; nº 4/2010 e as Resoluções estaduais (Resolução CEE nº 340/2001; nº 340/2006)⁵ são exigidas reformulações nos projetos das escolas e, assim, pudemos perceber nas falas dos Gestores que havia uma preocupação em atualizar o PPP conforme o que estava sendo exigido, no entanto, sentimos que não havia uma mobilização para a sua efetivação.

O ESTUDO

A fundamentação teórico-metodológica iniciou-se a partir da análise dos documentos oficiais (Leis, Resoluções, Decretos, Pareceres) de ordem nacional e local e da leitura de autores que tratam do tema abordado (Políticas Curriculares e Projeto Político-Pedagógico). O estudo foi realizado, junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC),

⁴ Fonte: MEC/INEP-Subgerência de Estatística/SEEC-PB.

⁵ No Art. 5, diz que :“a implementação do ensino fundamental com duração de nove anos exige a elaboração de uma nova proposta pedagógica e um novo regimento escolar”. [...] “ a legislação vigente, observando entre outras as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, emanadas ao Conselho Nacional de Educação, sobretudo no que se refere as competências, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas”.

com os orientandos do projeto PROLICEN/UFPB, os (as) estudantes da disciplina Currículo e Trabalho Pedagógico e os orientandos das professoras coordenadora e colaboradora do referido projeto.

Os estudos sobre políticas curriculares e projeto político-pedagógico faziam-se necessários para compreendermos o PPP como instrumento indispensável na organização das escolas, sendo um documento norteador do processo educativo que considera o instituído e o instituinte para a sua concretude, ou como afirma De Rossi (2004, p. 32):

considera o Instituído (legislação, currículos, conteúdos e métodos) e também é instituinte da cultura escolar, pois cria objetivos, instrumentos, procedimentos, modos de agir e valores. Sintetiza os desejos e as propostas dos educadores que trabalham na escola.

Objetivando conceituar Projeto Político-Pedagógico (PPP), também nos pautamos em Veiga (2002, p. 13-14) para compreendê-lo como “um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”. A autora nos informa, ainda, que “ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar”, pois “o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente” (p. 12).

Nesse sentido, compreendemos que o PPP é o documento que apresenta a organização da escola como um todo. Ele tem estreita relação com a organização dos saberes e fazeres de todos aqueles que fazem parte dela e, segundo Pereira (2004, p. 15), o PPP “organiza o espaço-tempo da escola e seus saberes, a partir das experiências de vida que os sujeitos trazem e constroem no seu interior” ou, como enfatiza Santiago (2009), é um instrumento de gestão democrática.

Considerando a existência de vários autores que discutem a temática, seria possível citarmos aqui inúmeras outras conceituações que se identificam com nossa forma de conceber o PPP, a exemplo das concepções de Gadotti (1992), Gadotti e Romão (2000), Freire (2001) e Porto (2007). Não vamos fazê-lo para que essa conceituação não se torne exaustiva. O que queremos destacar da contribuição desses autores é que o que há de comum entre eles é a **defesa de um projeto político pedagógico de caráter emancipador que não separa os aspectos legais das vivências culturais nas políticas de currículo.**

Assumindo essa opção político-pedagógica emancipadora para a construção do PPP, entendemos que essa lógica pressupõe alguns princípios que tem estado presentes nos debates e nas lutas dos educadores brasileiros no que diz respeito à garantia de uma educação de boa qualidade a ser oferecida nas escolas públicas brasileiras. Dentre esses princípios, destacam-se: a autonomia da escola; a gestão democrática; o trabalho coletivo e o planejamento participativo. Arelada a esses princípios não podemos nos esquecer da necessidade da formação e valorização dos profissionais da educação.

A preocupação com a gestão democrática foi o que mais nos chamou a atenção no desenvolvimento de nosso projeto uma vez que entendemos que essa lógica emancipadora do PPP pressupõe “a gestão democrática e envolvem várias instâncias que atuam no campo da educação, tendo por objetivos primordiais a emancipação, o sucesso escolar, a inclusão e o compromisso social”, como afirma De Rossi (2005, p. 29).

Esses objetivos elencados pela autora, além de evidenciar uma direção para o encaminhamento da elaboração e implementação dos PPP's nas escolas, trazem indagações capazes de nortear as nossas atividades com vistas a um maior conhecimento dos contextos analisados. Assim, afirmamos com Freire (1991, p. 41) que “todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. A questão, a saber, é a favor de quê e de quem, contra que e contra quem se faz política de que a educação jamais prescinde”. Nessa mesma direção, Santiago (2009, p. 106) reforça que o PPP da Escola

é ao mesmo tempo um modo de pensar – projetar – construir uma cultura escolar com o trabalho coletivo na perspectiva do direito. [...] uma construção coletiva crítica e inovadora capaz de aliar o discurso e a prática crítica e criativa no coletivo da escola.

Assim, reafirmamos a importância do PPP para a melhoria da qualidade da educação em nosso país, defendemos que a sua elaboração ocorra no contexto de cada escola e que seja encaminhado coletivamente pelos sujeitos nela envolvidos.

Feitas essas considerações, é pertinente questionarmos: o que está posto sobre a elaboração do PPP na legislação brasileira?

Com base na análise de alguns documentos oficiais, podemos afirmar que a elaboração do PPP no contexto de cada escola brasileira encontra respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Em seu artigo 12, a LDB afirma ser responsabilidade de cada estabelecimento de ensino “elaborar e executar sua proposta pedagógica”, e em seu artigo 13 afirma que é responsabilidade dos docentes “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e “colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade” (BRASIL, LDB, 1996, Arts. 12 e 13).

Além desse respaldo legal, as escolas e seus educadores ainda contam com documentos normativos que respaldam a elaboração dos PPP's, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para cada nível de ensino.

Em sua própria definição, as DCN, reafirmam que cabe a cada escola elaborar seu PPP ao afirmar que as “Diretrizes Curriculares Nacionais são o conjunto de definições doutrinárias [...], que orientarão as Escolas Brasileiras dos Sistemas de Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas Propostas Pedagógicas” (BRASIL, DCN, 1998, art. 2º).

Recentemente, o CNE elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB-2010) que tem como um de seus primeiros objetivos “estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica” (BRASIL, CNE, DCNGEB, 2010, art. 2º, inciso II). E dentre os requisitos necessários para a efetivação da escola de qualidade social, que adota “como centralidade o estudante e a aprendizagem” afirma ser necessário ter “foco no projeto político pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes” (art. 9º, inciso III).

Diante do que está exposto nos documentos acima citados, entendemos que há referência à elaboração do PPP na legislação brasileira em vigor e que este deve ser elaborado

em cada escola pela própria comunidade escolar. Infelizmente nem sempre os Projetos Político-Pedagógicos são de construção coletiva e não condizem com a realidade da escola, por isso que Freire (2001, p.74) vem reforçar a necessidade de “[...] mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário”, e acrescenta, ainda, que “não há para nós forma mais adequada e efetiva de conduzir o projeto de educação do que a democrática, do que o diálogo aberto, corajoso” (p.44).

Nesse sentido, pudemos observar em nossa pesquisa a existência de um currículo oculto que é vivenciado na dinâmica da escola e que não se harmoniza com a realidade dos PPP's descritos nas falas dos profissionais entrevistados. Existe uma política que orienta o projeto em ação, mas não fica clara qual concepção adotada pela escola. Uma vez que os profissionais falam de siglas como (POPE e PDE,) ⁶ como se fosse sinônimos de PPP. Isso demonstra que há ainda uma confusão nos termos PDE e PPP. Nesse caso, o PDE, que é uma orientação para a escola receber recursos financeiros, termina sobrepondo o PPP que orienta as ações político-pedagógica da escola.

Embora tivéssemos construído, previamente, um roteiro de entrevista para orientar nosso trabalho de campo, abandonamos esse instrumento e deixamos que os gestores falassem livremente sobre o que entendiam por Políticas Curriculares e Projeto Político-Pedagógico. Assim, pudemos identificar que eles percebiam o PPP como um “documento da direção”, “uma orientação para o currículo”.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A escolha em trabalhar com as políticas curriculares e a construção dos Projetos Político-Pedagógicos, teve por base a importância que o PPP tem no cotidiano da escola, as políticas instituídas por documentos oficiais e a dinâmica da cultura escolar. Dessa forma, entendemos que a construção deste documento precisa acontecer de maneira democrática, onde os anseios da comunidade escolar e suas necessidades sejam levados em consideração. Para isto, faz-se necessário que tomemos como referência toda a base legal (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais, Constituição Federal, Resoluções), de modo que esteja bem fundamentado, como também os sentimentos, vivências e experiências dos sujeitos envolvidos no processo.

Em relação às escolas municipais, após a apresentação do projeto junto à Secretaria Municipal de Educação o trabalho foi iniciado no interior do Centro de Capacitação de Professores (CECAPRO) responsável pela capacitação e orientação dos PPP's das escolas. Lá iniciamos as atividades de pesquisa com a apresentação do projeto à Coordenação e seleção das escolas para a realização das entrevistas. Conforme afirmamos, dentre o universo de 96 (noventa e seis) escolas que compõem os 9 (nove) pólos, selecionamos 10 (dez) escolas para observação e seleção dos sujeitos da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa nas escolas, encontramos algumas dificuldades para a aplicação dos questionários, como: falta de interesse pelo assunto, disponibilidade de horário, falta de conhecimento do tema abordado, dentre outros. Assim, das 10 (dez) escolas selecionadas, realizamos a pesquisa em 8 (oito) delas, pois em 2 (duas) escolas não foi possível as realizações das entrevistas devido às mesmas se encontrarem em período de exames finais.

Em relação às escolas estaduais, iniciamos as atividades de campo realizando visitas na Secretaria Estadual de Educação, onde apresentamos o projeto e iniciamos o trabalho. Na

⁶ POPE - Plano de Organização Pedagógica da Escola; PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

ocasião, agendamos uma reunião com a Gerência de Recursos Humanos e, posteriormente, realizamos reunião com outras gerências. A Gerência de Educação e Cultura (1ª GREC) fez a ponte para que pudéssemos adentrar nas escolas e realizar o trabalho com as mesmas. Nessa reunião, discutimos a respeito das políticas curriculares da SEC e iniciamos nossas entrevistas. Posteriormente, realizamos a pesquisa nas escolas. No entanto encontramos algumas dificuldades para realizar as entrevistas, como: falta de interesse pelo assunto, disponibilidade de horário, falta de conhecimento do tema abordado, dentre outros.

Assim, das dez escolas municipais e quatro escolas estaduais selecionadas, fizemos observação e entrevista com os gestores, ou outros profissionais por eles indicados, em 11 (onze) escolas. A precariedade do trabalho escolar demonstra uma falta de motivação dos profissionais da educação e dificuldade em trabalhar com a gestão democrática.

ADENTRANDO NO AMBIENTE DA ESCOLA

Após os estudos teórico-metodológicos a respeito de políticas curriculares e projetos político-pedagógicos nos espaços da UFPB, realizamos um levantamento dos documentos e da legislação que orienta a construção do PPP nas escolas. Com base nos estudos teóricos e na análise dos documentos oficiais, elaboramos roteiro de entrevista para aplicarmos nas escolas visitadas.

Adentrando no ambiente das escolas municipais

No que se refere às escolas municipais, após meses de estudo para a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa, elaboramos o roteiro de entrevista que foi aplicado junto aos participantes da pesquisa.

Ao analisarmos as entrevistas, percebemos que todos os sujeitos eram mulheres, gestoras, professoras e supervisoras/orientadoras das escolas municipais da cidade de João Pessoa.

Como o entendimento das Políticas Curriculares e da construção do projeto pedagógico se apresentou um pouco diferente para cada grupo de entrevistadas, optamos por analisar as entrevistas por grupos, a saber: gestoras, professoras e supervisoras/orientadoras. Por fim, apresentamos, ainda, a entrevista com a coordenadora.

Gestoras

Com relação às gestoras, a pesquisa identificou que todas as entrevistadas são graduadas, a grande maioria em Pedagogia, mas há algumas em Educação Artística e Psicologia. A maioria também tem especialização *Latu Sensu* e duas têm Mestrado. A maior parte das entrevistadas estava na faixa etária de 30 a 50 anos, que disseram ter a cor branca. A média da renda foi de 3 a 4 salários mínimos e o tempo médio de serviço foi de 20 anos.

Com relação às respostas aos questionamentos, observamos que as gestoras têm um maior conhecimento tanto das Políticas quanto do PPP. Entretanto, esse conhecimento não se encaminha na perspectiva de entender as políticas curriculares e o PPP como fatores importantes e determinantes no funcionamento da escola, mas apenas como um fator burocrático a ser cumprido. Exemplo disso, é a fala de uma das gestoras que afirmou não ter

tempo para responder as perguntas porque “tinha um prazo para organizar e entregar o PPP e estava fazendo isso juntamente com uma supervisora”, ou seja, nessa fala ficou claro, para nós, a centralidade na construção do PPP e a falta de compreensão de que o Projeto Político-Pedagógico é o próprio norte da escola.

No primeiro questionamento a pesquisa quis saber se as gestoras conheciam as Políticas Curriculares. Todas responderam que sim, mas a maioria não quis justificar ou não soube dizer o que eram essas políticas.

Quando questionadas sobre como essas políticas são socializadas pela Secretaria, a maioria disse ser através de encontros, circulares, seminários e formação continuada.

Quando se falou em entrelaçamento das políticas com os PPP's (questão 6) todas disseram que “sim” os dois estavam entrelaçados, mas não souberam dizer como, não quiseram justificar ou deram respostas como: “Sim. A comunidade escolar envolvida em todos os projetos” (gestor 3).

Todas as entrevistadas afirmaram que existe uma orientação oficial por parte da Secretaria de Educação do Município e também a maioria soube dizer qual era o setor específico dessa orientação – a DGC. Afirmaram que a orientação oficial seria feita através da formação continuada e que a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos seria feita através de orientação individual da Secretaria de Educação para cada escola. Já na comunidade escolar, a elaboração do PPP acontecia por meio de reuniões, encontros, questionários e sugestões ao Conselho escolar.

A questão 11 quis desvelar de que maneira os PPP's das escolas são organizados. A maioria respondeu que estão organizados por: Projetos; Temas Geradores; Interdisciplinar e Disciplinar.

A última questão dizia respeito às facilidades e as dificuldades na construção dos PPP's. Nesse ponto, as respostas foram variadas com relação às facilidades: “participação intensa da comunidade” (G2); “No ano de 2002 demos início ao PPP. Com representante de toda comunidade escolar e foi sendo orientado na formação continuada” (G 3); “conhecimento da Legislação; disponibilidade de alguns; orientação na elaboração” (G 54). Com relação às dificuldades, a unanimidade foi a falta de tempo para reunir os vários segmentos da escola. A burocracia também foi citada como uma dificuldade.

Professoras

Com relação às professoras, os resultados das entrevistas foram os seguintes: todas as entrevistadas disseram conhecer as Políticas Curriculares, mas não quiseram justificar suas respostas ou não souberam especificar quais são essas políticas.

A segunda pergunta dizia respeito a como as professoras percebem as políticas. Houve dois entendimentos: o primeiro foi de que as Políticas são percebidas através das orientações dadas pela Secretaria de Educação e segundo, duas professoras afirmaram que: “Percebo como algo necessário, porém de muita responsabilidade” (P 3) e “É apresentada de forma unificada quando devia ser levado a realidade e diversidade de cada região” (P 5).

Nas questões 3, 4 e 5, a maioria afirmou que não sabia como as Políticas Curriculares eram socializadas pela Secretaria de Educação, não sabiam como a escola percebe a implantação dessas Políticas ou simplesmente disseram que essas respostas não competiam a

elas, mas sim à equipe técnica da escola, como podemos perceber nas respostas de duas professoras que afirmam que: “Desconheço” (P 1 com relação a questão 4); “Compete à Equipe técnica” (P 3 também com relação a questão 4).

Ao falar sobre o entrelaçamento das políticas curriculares com os PPPs, as entrevistadas disseram saber desse entrelaçamento, mas não quiseram justificar ou simplesmente não responderem essa questão (5).

O que mais nos chamou a atenção foram as respostas para a questão 7 que queria saber se existe alguma orientação oficial para a elaboração dos PPP's. As respostas dadas foram muito vagas ou mesmo com um ar de insatisfação, como:

- “Não. É cada um por si e Deus por todos” (P 1);
- “Sim. O projeto é uma das exigências da secretaria de educação” (P 5);
- “Sim. A orientação é que o Projeto Político Pedagógico siga as orientações curriculares nacionais” (P 6);

Outras professoras disseram que “sim” sabiam, mas não quiseram justificar ou apenas não responderam a questão. Para nós, nas respostas dessas professoras, fica visível a falta de compreensão, por parte delas, da relação direta entre as políticas curriculares e os PPP's.

Também fica claro o não conhecimento do setor da Secretaria de Educação que orienta sobre as Políticas Curriculares e a elaboração dos PPP's. Apenas duas das professoras afirmaram ser a DGC a responsável por essas orientações, as demais não souberam responder e apenas citavam a SEDEC, como podemos perceber na resposta de uma das professoras que afirma:

No caso da Secretaria de Educação de João Pessoa, não há setor específico que oriente as Políticas Curriculares. Porque hoje a Secretaria não tem mais coordenações, está dividida por pólos e cada pólo responde por todas as questões (P 6).

Ainda sobre como a Secretaria encaminha a elaboração e a implementação dos PPP's, as respostas foram as seguintes:

- “Não sei” (P 1);
- “Essa resposta Compete à Equipe Técnica” (P 3);
- “Este pergunta só poderá ser respondida pela Supervisora” (P 5);
- “As Secretarias apenas estabelecem prazos para elaboração, mas não fiscaliza sua implementação, assim como não orienta sua elaboração” (P 6).

Outras responderam que isso acontece por meio de reuniões com os gestores ou através da formação continuada. Assim, a partir das respostas das professoras podemos afirmar que os professores se identificam como simples executores de conteúdos, propostas e projetos estabelecidos pelas secretarias ou órgãos afins, e não têm conhecimento da própria estrutura ou funções dos setores da Secretaria de Educação do município.

Nos dois últimos questionamentos, que abordavam sobre a participação na construção do PPP e as dificuldades ou facilidades para tal, observamos que as respostas foram parecidas com as respostas das gestoras, ou seja, que nas escolas predominava a organização dos Projetos Político-Pedagógicos por Temas Geradores, Projetos e Interdisciplinar. Nas facilidades relatadas encontramos: a orientação da Secretaria por meio da cartilha “Construindo o projeto pedagógico” e a liberdade de realizar os projetos. Já nas dificuldades, reapareceu a falta de tempo para reunir todos os segmentos da escola.

Supervisoras/Orientadoras

As respostas das supervisoras/orientadoras não foram muito diferentes das respostas das gestoras e professoras. Elas disseram conhecer as Políticas Curriculares e justificaram da seguinte maneira: “Sim. Pelas mudanças e incentivos das formações para professores, especialistas, diretores com nova visão de educação” (Y 2); “Sim. A partir da literatura e da formação continuada” (Y 3); ou ainda, “Sim. Através da LBD, Parâmetros Curriculares” (Y 4). Diante das respostas dessas profissionais, pudemos constatar que as supervisoras/orientadoras que deveriam ter um pouco mais de conhecimento sobre essas políticas, infelizmente, não o demonstraram.

De acordo com as respostas dadas, elas percebem as Políticas como:

- “Diretrizes e Bases do Governo Federal, formando um leque para as diversas áreas da educação” (Y 1);
- “Pelo incentivo dos órgãos públicos para formação dos educadores” (Y 2);
- “Percebo que é necessário mais investimento” (Y 3).

Para nós, essas respostas dadas pelas supervisoras/orientadoras apenas confirmam o entendimento equivocado de políticas curriculares. Elas disseram, ainda, que as políticas são trabalhadas pela Secretaria de Educação e nas escolas através de reuniões e formações, principalmente, por meio de projetos e a orientação oficial é feita pela cartilha da Secretaria de Educação sobre a construção do PPP, anteriormente citada.

Sobre o setor que orienta as políticas, a DGC foi citada por todas como sendo a responsável pelas orientações dadas às escolas. Apenas uma das entrevistadas respondeu ser a “SEDEC” (Y 2) a responsável por essas orientações.

No tocante à organização e construção dos Projetos Político-Pedagógicos, as entrevistadas afirmaram que a Secretaria encaminha e implementa a construção e elaboração dos PPP's por meio de reuniões e formações continuadas. Sobre esse assunto, a supervisora 5 comentou que isso ocorre “De forma precária” (Y 5).

Sobre a organização dos PPP's nas escolas, segundo as entrevistadas, são organizados na maioria por projetos, temas geradores e interdisciplinares. Sobre as facilidades para a

construção dos PPP's, afirmaram que se concentraram na organização do arquivo das escolas e na escolha das pessoas para compor a equipe de trabalho, dentre outros relatos como:

- “o envolvimento da Secretaria de Educação do município e da secretaria da escola” (Y 1);
- “no início da construção (2002) recebemos acessória da PLURAL SP (uma Consultoria)”.

No tocante às dificuldades, reapareceu a difícil tarefa de reunir a comunidade escolar; a difícil execução de todas as ações escolhidas e ainda: “definir linhas pedagógicas necessárias na prática de ensino” (Y 4).

A Coordenação do CECAPRO (Centro de Capacitação dos Professores)

Com relação à entrevista com a Coordenação do CECAPRO, pudemos observar algumas diferenças com relação aos outros grupos. Por exemplo, na segunda questão (Como você percebe as Políticas Curriculares para a Educação Básica?), a coordenadora respondeu:

É notório que as políticas curriculares para a educação básica, tiveram seu marco a partir da Constituição de 1988 – em meados da década de 80 a 90. Avanços notáveis aconteceram como os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação e os temas transversais. Embora percebamos que no campo das reformas educacionais, vindas dos Órgãos Federais, há um conjunto de intenções voltadas e direcionadas, a um modelo de Educação para atender às necessidades do neoliberalismo, que controla e determina, de modo disfarçado, uma intenção ideológica e detentora [...] (C -).

Para nós, ficou claro que essa entrevistada tem um maior conhecimento do assunto, isso se dá por ela estar à frente de alguns programas de formação dos profissionais da educação. Ela também soube explicitar melhor de que maneira as Políticas são trabalhadas pela Secretaria de Educação ao afirmar que

As políticas públicas são trabalhadas pela Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa, numa perspectiva de entendimento de que a escola pública é espaço privilegiado para exercício de gestão democrática. Obviamente o PPP, por meio de seu diagnóstico sinaliza as necessidades e carências advindas da comunidade escolar e da comunidade a que ela está a serviço. Sabendo do currículo com o PPP, como espaço de construção e reconstrução do conhecimento. Estando imbuído por princípios de gestão democrática e interdisciplinar tendo intenções de construir e formar um cidadão crítico e reflexivo de sua realidade (C -).

Sobre a questão 9, a coordenadora especificou como foi organizado um projeto para a orientação da construção dos Projetos Pedagógicos nas escolas da rede municipal de ensino. Segundo a mesma, houve uma parceria que culminou na construção de uma cartilha que contém os elementos básicos para a construção de um PPP, o que facilita bastante o trabalho nas escolas. Sobre esse assunto, afirmou que

O sistema educacional deste município, a partir de 2007 a 2009, orientou que todas as escolas iriam reconstruir e construir sua proposta pedagógica, estabelecendo uma comissão composta de representações da DGC, CECAPRO – CME. A sistemática pedagógica do trabalho realizado com a orientação, o acompanhamento e avaliação dos PPP's contaram com o assessoramento da Dr^a. Glória Escarião, e tendo como Presidente desta, Márcia Lustosa e demais componentes [...] Desde então, estudos, discussões e idéias foram surgindo, e durante esse período, ocorreu a construção do manual, com orientações, princípios teórico- metodológicos.Recentemente eles foram entregues a todas as unidades de ensino desse sistema.

Adentrando no ambiente das escolas estaduais

No que diz respeito à pesquisa junto às escolas estaduais, as questões do roteiro deveriam ser respondidas por um dos gestores das escolas visitadas, ou por um dos profissionais da escola por ele indicado, e versavam sobre as seguintes questões: Como você percebe as políticas curriculares para a Educação Básica? Você observa algum entrelaçamento entre as políticas curriculares e o PPP? Existe alguma orientação oficial para a elaboração do PPP? Como é construído o PPP por parte da comunidade escolar? Quais as dificuldades e facilidades na construção do PPP da escola?

Realizamos nossa primeira entrevista na escola 1, onde fomos recebidas por uma professora que trabalha na escola há 24 anos. Como não havia ninguém da direção e nenhum técnico naquele momento, realizamos a entrevista com a referida professora. Após a apresentação da pesquisa e a identificação da pesquisadora, demonstramos o interesse em conhecer como a escola vem trabalhando com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e a construção do seu Projeto Político-Pedagógico. Questionada sobre a existência do PPP na escola, a professora respondeu que: “a escola possui PPP e que o mesmo foi construído coletivamente no ano de 2009 por todos que fazem a escola” (P 1). Solicitamos o Documento, mas não tivemos acesso ao mesmo ao que a professora respondeu: “só com o diretor” (P 1).

A professora nos informou, ainda, da dificuldade de construí-lo, devido à falta de interesse por parte de alguns profissionais, “mas que com muito esforço aconteceu” (P 1). E comentou que o mesmo procurou contemplar a realidade de seus alunos, de maneira que atendesse a todos.

Indagamos a respeito da existência de orientação oficial na elaboração do PPP, mas a professora comentou que “não existe, mas que se ampararam na LDB, em algumas Resoluções e também nas Diretrizes Curriculares” (P 1). Perguntada acerca de momentos de estudos, planejamentos e como os profissionais se reuniam para discutir os problemas e avanços da

escola, a mesma nos falou do EPA (Estudos e Acompanhamentos Pedagógicos), que acontecem quinzenalmente na escola, com a participação de professores, técnicos, direção, alunos e até pais de alunos, onde eles discutem, opinam e planejam. Informou que a escola também recebe estagiários, das mais variadas instituições de ensino, como a UFPB e o IFPB, e também trabalham com Projetos de alunos monitores, o que incentiva o exercício da docência, já que a escola 1 é voltada para o Ensino Pedagógico, na modalidade Normal.

Durante a entrevista, percebemos na professora, responsabilidade e dedicação no trabalho com educação, porém o conhecimento acerca das políticas curriculares, do próprio PPP, da LDB e das Resoluções que regem todo sistema educacional se apresentou um pouco distanciado da realidade da escola. A fala da professora demonstrou, ainda, a importância da parceria entre a universidade/escola através de estudos e palestras, com o intuito de contribuir na construção de uma educação de qualidade para todos(as).

Outra escola visitada, foi a escola 2 na qual entrevistamos a Orientadora Pedagógica que trabalha há 11 anos na instituição. Nessa escola, percebemos pouca disponibilidade para a entrevista que só ocorreu depois de várias tentativas. Após a apresentação da pesquisa, a técnica nos informou que “a escola possui PPP, mas não sei informar em que ano foi sua última edição” (P 2), disse também que nós não poderíamos ter acesso ao documento, pois a pessoa responsável não se encontrava no momento. Segundo ela, a escola, naquele momento, estava “com muitas dificuldades, como: falta de professores, técnicos, material e, principalmente, de pessoas que tenham compromisso com o fazer educacional” (P 2). Alegou que, por a escola ter um número superior a três mil alunos, existem muitos problemas e pouco interesse por parte do governo estadual em solucioná-los. Tentamos, ainda, questionar sobre as DCN's e como estas funcionam na escola, mas não obtivemos êxito.

Na escola 3 entrevistamos a Supervisora Escolar que trabalha na escola há 8 anos. Falamos do projeto e do nosso interesse de pesquisa e indagamos acerca do PPP da escola e dos documentos que orientam sua construção.

A Supervisora nos informou que “desde o ano de 2006 não é discutido, mas, existe uma proposta para ser reformulado em 2011” (P 3). Perguntamos o porquê de tal fato, a mesma respondeu que “existe uma demanda muito grande de professores, técnicos, e também falta de interesse de muitos que estão em plena atividade” (P 3). De acordo com a entrevistada, “a escola está com muitos problemas, de estrutura física, de material, de pessoal, e o PPP seria a última coisa a pensar” (P 3).

Em nossa entrevista, indagamos sobre o currículo da escola e sobre as DCN'S, mas não obtivemos êxito nas repostas dessas questões. Ao indagarmos acerca de ter Conselho na escola e de que maneira este atuava, a entrevistada afirmou que o Conselho “existe sim, mas somente para assinar papel” (P 3).

Indagada sobre se a escola trabalhava com projetos, estagiários ou parcerias com outras instituições, a Supervisora nos informou que “existe apenas um projeto que é permanente, e trabalha com a temática do Meio Ambiente, sob coordenação de um professor, mas que só ele poderia dar maiores informações” (P 3).

Durante nossa visita à escola 3, presenciamos uma grande movimentação no interior da escola, pois acontecia a campanha para eleição da direção da mesma e observamos que toda a atenção dos profissionais estava voltada para isso. Fato que pode ter dificultado a nossa entrevista.

A última escola selecionada e visitada foi a escola 4, entretanto, a direção da mesma não disponibilizou os dados, nem indicou nenhum profissional para a realização da entrevista, deixando-a para outra oportunidade.

Ao analisarmos as entrevistas, percebemos que o entendimento em relação às Políticas Curriculares e a construção do Projeto Político-Pedagógico são precários e diferem um pouco de acordo com a profissional entrevistada, demonstrando falta de interesse e desmotivação em relação ao assunto. Nesse sentido, o papel da Universidade e da SEC/PB é de suma importância para incentivar as escolas no debate sobre a gestão democrática e oferecer subsídios para o conhecimento dos documentos oficiais.

Nossas análises indicam que os projetos de ensino-pesquisa-extensão que temos realizado na UFPB, tem contribuído para desenvolver parcerias entre a Universidade, as redes de Ensino e as escolas, no intuito de promover palestras, encontros e mesas redondas com os profissionais da educação, resgatando o compromisso em promover uma educação de qualidade.

Nesse sentido, acreditamos que os nossos estudos puderam contribuir para que as escolas percebessem a importância dos documentos e textos oficiais que falam sobre o currículo oficial – de ordem federal, estadual e municipal –, a produção teórica sobre o currículo na contemporaneidade e o estudo da cultura escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todos os dados pudemos perceber que ainda não há uma boa compreensão dos profissionais das escolas acerca do que são as Políticas Curriculares e de como elas estão presentes na escola e na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Pudemos perceber, também, a falta de valorização do PPP, principalmente por parte dos gestores, como um instrumento norteador do trabalho escolar e como elemento que pode contribuir com a promoção do processo ensino aprendizagem e das novas políticas educacionais. Nessa lógica, o PPP se torna apenas um documento que deve ser feito e apresentado às Secretarias como uma solicitação burocrática.

Para os participantes da pesquisa, a falta de motivação e tempo são entraves para reunir os representantes da comunidade escolar para discussão e elaboração do PPP. Pudemos perceber que eles não se veem como sujeitos da elaboração, construção e vivência do Projeto Político-Pedagógico da escola.

É inquestionável a influência das políticas internacionais na educação regional e local, mas infelizmente a pesquisa demonstrou o não reconhecimento e entendimento desta influência, principalmente, por parte dos professores.

Com os resultados encontrados, pudemos confirmar a necessidade de uma maior formação e informação para os profissionais da educação e, mais ainda, para os professores que, na verdade, são as pessoas que colocam em prática a maior parte das atividades organizadas nos Projetos Pedagógicos e em outros projetos ou ações deliberadas pelas Secretarias de Educação e que estão impregnadas das influências citadas anteriormente.

Ao longo da pesquisa, encontramos disparidade entre o que se estuda na Universidade e o que se encontra na realidade das escolas públicas, o que tornou evidente a importância dos projetos de ensino, pesquisa e extensão como ponte para essas duas realidades e como

fator necessário para identificar e sugerir ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes de Pedagogia, profissionais da educação e toda a comunidade escolar. Nesse sentido, constatamos a necessidade da criação de um maior número de projetos que integrem atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade com a escola básica.

Para concluirmos este texto, queremos destacar a disparidade nas orientações da construção do PPP nas escolas públicas da Paraíba. Enquanto a Rede Municipal oferece oficinas para a construção do PPP e acompanha a sua execução e avaliação, em tempo e espaço determinado, tendo produzido, inclusive, uma Cartilha para a orientação na elaboração do documento; a Rede estadual deixa a construção do PPP para a livre iniciativa de cada escola. Nesse sentido, destacamos a importância de um grupo incentivador para a orientação e construção de PPP's mais emancipadores, que considerem tanto o instituído pelos documentos e políticas nacionais, quanto a gestão democrática da cultura escolar, reforçando os ensinamentos de Freire (1991) de que todo projeto político-pedagógico é político e se acha molhado de ideologia e da luta de Apple (2008) em continuar a construir formas poderosas de intervenção nas relações de dominação e subordinação que deem sustentação aos novos projetos políticos, culturais e educacionais críticos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. W. Política cultural e educação. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra os subalternos Trad. Ronaldo Cataldo Costa. São Paulo: Artmed, 2008.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, p.99-116, jul/dez 2001. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.br. Acesso em: 20 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 04/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2010.

_____. Ministério da Educação. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2006, Vol.1, 2 e 3.

CADERNOS CEDES. Arte & Manhas dos Projetos Políticos Pedagógicos. Campinas, SP: CEDES, v. 23, n. 61, 2003. 405p.

DE ROSSI, Vera Lúcia. Gestão do projeto político pedagógico: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia como prática da liberdade. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

_____. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.

_____. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Pedagogia da esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

GOVERNO DA PARAÍBA. Normas e Orientações para o funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2010.

_____. Seminário Estadual de Formação: pensando, sentindo e fazendo a escola. Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº. 340/2006. Disponível em: <http://www.sec.pb.gov.br/cee/dmdocuments/Res340_2006.pdf>. Acesso em: 28/01/2011.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº. 340/2001. Disponível em: http://www.sec.pb.gov.br/cee/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=31>. Acesso em: 28/01/2011.

JOÃO PESSOA, Secretaria de Educação e Cultura. Construindo o projeto político-pedagógico: conceituação, princípios e procedimentos teóricos e metodológicos. João Pessoa, PMJP/SEDEC/DGC, 2009.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Nota introdutória: reconfigurações nos estudos sobre políticas de currículo. In: Revista Currículo sem Fronteiras, Rio de Janeiro, - Vol. 6, N. 2, junho/dezembro, 2006.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. BALL: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Globalização e políticas curriculares: mudanças nas práticas. In: PACHECO, José Augusto; MOREIRA, Antonio Flávio; MORGADO, José Carlos. Globalização e (des)igualdades: desafios contemporâneos. Porto: Porto Editora, 2007. (325-332).

_____. Projeto político pedagógico: debate emergente na escola atual. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. Impasses, resistência e singularidades na construção de projetos político-pedagógicos: as formas de enfrentamento na implementação das políticas de formação dos profissionais da educação na UFPB. UNICAMP, Campinas/SP: 2007. (tese de doutorado)

PORTO, Rita de Cássia Cavalcanti, AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. As políticas de currículo e a contribuição do pensamento de Paulo Freire nos projetos políticos-pedagógicos da rede pública de ensino da Paraíba. João Pessoa, UFPB/PROLICEN, 2011 (Projeto de Pesquisa PROLICEN/2011).

SANTIAGO, Eliete. O projeto político enquanto mecanismo de gestão democrática. In: LAËDA, Bezerra Machado; SANTIAGO, Eliete (org.). Política e gestão da educação básica. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2009. pp. 95 -108.

VEIGA, Ilma Passos A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória e emancipatória? In: CADERNOS CEDES, v.23, n.61, p.267-281, Campinas, 2003. 405p.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico: uma construção possível. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. pp. 11-52. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico)

VILLAS-BOAS, B.M.F. O projeto político-pedagógico e a avaliação. In: VEIGA, I.P.A; LACERDA, L.M.G. da. (Org). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2003. Pg. 179-199.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti (Orgs). Globalização, interculturalidade e currículo na cena escolar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.